

Notas sobre o princípio de causalidade na Terceira Meditação de Descartes

Notes on the causal principle in Descartes' Third Meditation

Fellipe Pinheiro de Oliveira¹

RESUMO

Na Terceira Meditação das *Meditações Metafísicas*, Descartes afirma ser manifesto pela luz natural que “deve haver ao menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto no seu efeito” (AT, VII, p. 40). O que essa formulação do princípio de causalidade parece afirmar é que o efeito jamais pode ser mais real que sua causa. Entretanto, no decorrer do texto da Terceira Meditação, Descartes faz o que à primeira vista parecem ser especificações da formulação acima exposta. Além de deixar explícito que o nada não pode produzir coisa alguma e que aquilo que tem mais perfeição, mais realidade não pode provir do que é menos perfeito (o que seria uma breve explicação da formulação do princípio de causalidade), ele chama atenção, em uma instanciação do princípio, para o fato de que o efeito não somente não pode ter mais grau de realidade que a causa, como ele deve estar de alguma maneira contido na causa que o produziu, formalmente ou eminentemente. O que seriam essas especificações, explicações adicionais ao princípio revelado pela luz natural, ou acréscimos de conteúdo ao princípio? O objetivo deste artigo é discutir quais e quantas são as formulações do princípio de causalidade na Terceira Meditação de Descartes.

Palavras-chave: Descartes, princípio de causalidade, princípio de contenção, princípio de preexistência, princípio de comunicação.

ABSTRACT

In Descartes' Third Meditation he states that it is manifested by the natural light “that there must be at least as much ‘reality’ in the efficient and total cause as in the effect of that cause” (AT, VII, p. 40). What this formulation of the causal principle seems to affirm is that the effect can never be more real than its cause. Nevertheless, during the Third Meditation, Descartes seems to specify the formulation of the causal principle when he states that the effect must be contained in the cause, formally or eminently. What kind of specifications are these? Are they explanations of the causal principle or are they new contents added to the principle? The aim of this paper is to discuss which and how many are the formulations of the causal principle in Descartes' Third Meditation.

Keywords: Descartes, causal principle, containment principle, preexistence principle, communication principle.

¹ Professor da Coordenadoria de Filosofia do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Av. Maracanã, 229, 20271-110, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLM-UFRJ). E-mail: fellipeoliveira@uol.com.br

Na Terceira Meditação das *Meditações Metafísicas*, Descartes afirma ser manifesto pela luz natural que “deve haver ao menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto no seu efeito” (AT, VII, p. 40)². A leitura dessa passagem permite considerar que nela se apresenta a formulação mais geral do princípio de causalidade, que parece envolver o axioma fundamental segundo o qual do nada nada vem, exposto nas *Respostas às Segundas Objeções*, “pois de onde é que o efeito pode tirar sua realidade senão de sua causa?” (AT, VII, p. 40):

Que nada exista em um efeito que não tenha existido de forma semelhante ou mais excelente na causa é uma primeira noção, e tão evidente, que não há nada mais claro; e esta outra noção comum, que de nada nada se faz, a compreende em si, porque, se se concorda que exista algo no efeito que não existiu na sua causa, cumpre concordar também que isso procede do nada; e se é evidente que o nada não pode ser a causa de algo, é somente porque, nesta causa, não haveria a mesma coisa do que no efeito (AT, VII, p. 135).

O que a formulação geral do princípio de causalidade afirma parece deixar bem claro que o efeito jamais pode conter qualquer coisa que sua causa não possua ao menos no mesmo grau de realidade. Justamente porque não é cabível conceber que o efeito compreenda mais realidade do que a causa que o produziu, há a exigência mínima de que os dois termos compartilhem ao menos do mesmo nível de realidade. É isto o que Guérout (1984, p. 133) chama de equação *ad minimum* entre os termos da causalidade: o princípio de causalidade, nesse sentido, estabelece que deve haver uma igualdade mínima entre o efeito e sua causa para que possa haver relação causal.

No decorrer do texto da Terceira Meditação, Descartes faz o que à primeira vista parecem ser especificações da formulação acima exposta. Além de deixar explícito que o nada não pode produzir coisa alguma e que aquilo que tem mais perfeição, mais realidade não pode provir do que é menos perfeito (o que seria uma breve explicação da formulação geral do princípio de causalidade), ele chama atenção, em uma instanciação do princípio, para o fato de que o efeito não somente não pode ter mais grau de realidade que a causa, como ele deve estar de alguma maneira contido na causa que o produziu, formalmente ou eminentemente. Em suas palavras, “a pedra que ainda não foi, não somente não pode agora começar a ser, se não for produzida por uma coisa que possui em si formalmente, ou eminentemente, tudo o que entra na composição da pedra” (AT, VII, p. 41).

A partir das passagens acima citadas da Terceira Meditação, pode-se afirmar que a construção cartesiana do conteúdo do princípio de causalidade envolve as seguintes especificações: (i) uma formulação do princípio da qual se segue que do nada nada vem; (ii) que aquilo que tem mais realidade não pode vir do que é menos real (isso porque de onde o efeito retiraria sua realidade senão da causa?); (iii) que a causa em um certo sentido “comunica” sua realidade ao efeito; e, por fim, (iv) que a realidade do efeito deve preexistir de certa maneira na causa.

Sendo assim, para se compreender o conceito de causalidade desenvolvido por Descartes na Terceira Meditação, procurarei esclarecer mais precisamente quais e quantas são as formulações do princípio de causalidade, além de procurar melhor compreender seu conteúdo. Para isso, buscarei discutir e elucidar as noções de graus de realidade, comunicação de realidade e, fundamentalmente, a noção de semelhança entre o efeito e sua causa.

II

Após a exposição do princípio de causalidade na Terceira Meditação, revelado pela luz natural, Descartes parece fazer afirmações explicativas sobre seu conteúdo. Cabe perguntarmos, entretanto, se tais afirmações apenas explicam o significado do princípio de causalidade ou se elas, em função do que dizem, implicam conteúdos distintos:

Agora, é coisa manifesta pela luz natural que deve haver ao menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto no seu efeito: pois de onde é que o efeito pode tirar sua realidade senão de sua causa? E como poderia esta causa lhe comunicar se não a tivesse em si mesma?

Daí decorre não somente que o nada não poderia produzir coisa alguma, mas também que o que é mais perfeito, isto é, o que contém em si mais realidade, não pode ser uma decorrência e uma dependência do menos perfeito. [...] Por exemplo, a pedra que ainda não foi, não somente não pode agora começar a ser, se não for produzida por uma coisa que possui em si formalmente, ou eminentemente, tudo o que entra na composição da pedra, ou seja, que contém em si as mesmas coisas ou outras mais excelentes do que aquelas que se encontram na pedra [...] (AT, VII, p. 40-41).

Inicialmente, a formulação “deve haver ao menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto no seu efeito” parece exprimir o que Descartes entende por princípio de

² As referências às obras de Descartes remetem à edição crítica de Adam e Tannery, designada pela sigla AT, seguida do volume em algarismos romanos e das páginas em algarismos arábicos (Descartes, 1984-1991). Os textos cartesianos citados pertencem à edição da Coleção Os Pensadores, com tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior (Descartes, 1973).

causalidade. Entretanto, com caráter explicativo, aparecem as perguntas seguintes, que questionam de onde o efeito *retiraria* sua realidade e como a causa poderia *comunicar* realidade ao efeito se não a tivesse em si mesma, bem como o exemplo de instanciação do princípio que diz que as coisas só podem vir a ser se forem produzidas por causas que *contenham em si* formalmente ou eminentemente tudo o que entra na composição do efeito. Cabe perguntar: são, de fato, meramente explicativas as sentenças seguintes à exposição do princípio de causalidade revelado pela luz natural ou elas acrescentam novos significados a ele? Enquanto a formulação geral do princípio afirma apenas que a causa deve conter ao menos o mesmo grau de realidade do efeito, as sentenças que se seguem parecem aludir a duas outras noções, a saber, a de comunicação ou, talvez, transferência, e a de contenção ou preexistência. Sendo mais específico, já que o que está em jogo nas relações causais é o grau de realidade existente na causa e no efeito – como fica explícito na formulação geral do princípio –, as noções aparentemente introduzidas dizem respeito à comunicação de realidade da causa para o efeito e à preexistência da realidade do efeito na causa. Essas noções são derivadas imediatamente da formulação revelada pela luz natural, ou, de fato, sua introdução atribui significado distinto ao princípio? Além disso, qual é de fato a relação entre as especificações que se seguem à primeira formulação do princípio? A noção de contenção implica a ideia de que a causa comunica sua realidade ao efeito?

Como vimos anteriormente, a formulação geral do princípio de causalidade parece indicar apenas a necessidade de que o grau de realidade da causa nunca seja inferior ao grau de realidade do efeito. Isto significaria que a regra imposta pelo princípio obriga que haja uma medida quantitativa na relação entre causa e efeito que torne inteligível a própria relação na medida em que esta deve ser compreendida, em última instância, sob a noção comum segundo a qual “de nada nada se faz”. Todavia, as noções de contenção da realidade do efeito na causa e a de comunicação de realidade da causa para o efeito não se limitam a uma equação quantitativa que torne compreensível a produção de um efeito a partir de uma determinada causa. Estas noções parecem incluir novos sentidos. Em função destas questões, passo agora à discussão de algumas posições acerca do princípio de causalidade e suas formulações: quantas e quais são elas?

Em um artigo intitulado “Is there a problem of Cartesian interaction?”, Radner (1985) tece considerações interessantes a respeito do que ela chama de teoria da causalidade de Descartes. Em uma investigação sobre os problemas levantados pela interação entre mente e corpo no sistema cartesiano, Radner identifica a teoria da causalidade como o cerne da problemática. Segundo essa autora, se há dificuldades na interação entre o corpo e a alma, essas dificuldades dizem respeito diretamente às concepções cartesianas relacionadas à causalidade. Embora a interação entre corpo e alma e sua relação com a concepção cartesiana de causa-

lidade constituam um dos mais intrigantes temas do pensamento de Descartes, não pretendo aqui nem esclarecer e nem identificar esses temas. O objetivo específico é entender somente as contribuições de Radner para o esclarecimento do conteúdo do princípio de causalidade.

Ao iniciar sua investigação acerca do conceito de causalidade na filosofia de Descartes, Radner (1985) afirma que a primeira formulação do princípio revelado pela luz natural não constitui toda a teoria da causalidade de Descartes. Além desta formulação, quando Descartes introduz as razões que a sustentam, parece introduzir algo mais. Essas razões são aquelas citadas acima, que aparecem na Terceira Meditação a título de explicação do princípio de causalidade: “pois de onde é que o efeito pode tirar sua realidade senão de sua causa? E como poderia esta causa lhe comunicar se não a tivesse em si mesma?”. Segundo Radner (1985) essas razões ou justificações do princípio de causalidade seriam suficientes para introduzir novas significações na medida em que introduzem as noções de preexistência (ou contenção) do efeito na causa e de comunicação (ou transferência) da realidade da causa para o efeito. Porque a causa deve comunicar a realidade ao efeito, a realidade do efeito já deve preexistir na causa. Deste modo, a noção de comunicação impõe restrições que vão além daquelas dadas pela primeira formulação geral do princípio de causalidade, pois enquanto esta apenas exige que o efeito jamais possa ser mais real do que a causa, a noção de comunicação parece exigir que a realidade do efeito já esteja contida previamente na causa e que, em função disto, esta pode comunicá-la, transferi-la para o efeito. Radner entende que não é a mesma coisa dizer que a causa tem de ter ao menos o mesmo grau de realidade que o efeito e dizer que o grau de realidade do efeito está contido na causa e que a causa comunica esse grau de realidade a seu efeito. Sua interpretação privilegia a compreensão de que a formulação revelada pela luz natural apenas estabelece um princípio de proporcionalidade³ entre o grau de realidade da causa e do efeito. No entanto, esta (exigência de) proporcionalidade não é suficiente para explicar relações causais, pois sua razão de ser é derivada da necessidade de que a realidade do efeito preexistisse na causa e que por ela seja comunicada a ele:

A razão pela qual a causa deve ter ao menos tanta realidade quanto o efeito é que a realidade do efeito deve preexistir na causa. E a razão pela qual a realidade do efeito deve preexistir na causa é que a causa comunica essa realidade ao efeito (Radner, 1985, p. 41).

Se é assim, a teoria da causalidade de Descartes não seria constituída apenas da formulação geral do princípio de causalidade, mas também de dois outros princípios adicionais interconectados na medida em que um explicaria o outro. A noção de proporcionalidade expressa pela formulação re-

³ Radner (1985, p. 42): “the ‘at least as much’ principle”.

velada pela luz natural se diferencia da noção de contenção (ou preexistência) na medida em que a primeira não explica como uma coisa pode ser causa de outra, enquanto que a segunda pode fazê-lo ao mostrar que uma determinada perfeição ou realidade pode ser comunicada da causa para o efeito.

O mero fato de que uma coisa seja ao menos tão perfeita quanto outra não é suficiente para assegurar que uma possa ser causa de outra. É necessário também ser mostrado que alguma realidade ou perfeição contida na primeira possa ser comunicada à segunda (Radner, 1985, p. 41).

Os três princípios, portanto, seriam (i) o princípio de comunicação, (ii) o princípio de preexistência e (iii) o princípio da proporcionalidade (“ao menos tanta realidade quanto”). Eles seriam constitutivos da teoria da causalidade de Descartes por consistirem em razões que explicam os casos possíveis de relações causais: toda e qualquer relação entre causa e efeito deve respeitar as imposições destes três princípios, pois somente a interconexão deles é capaz de tornar inteligíveis as relações causais.

Para Radner, no sistema cartesiano, modos e substâncias são perfeições diferenciadas por seus respectivos graus de realidade. Sendo assim, podemos compreender sua interpretação da noção de realidade a partir da noção de perfeição: grau de realidade significa, portanto, a quantidade de perfeição que uma coisa tem. No entanto, segundo ela, Descartes não estaria afirmando que basta que uma substância tenha realidade suficiente, no sentido de estar em um patamar ontológico superior ou idêntico, para causar modificações em outra substância para que ela de fato cause essas modificações. Que ambas tenham o mesmo grau de realidade é necessário para que uma possa causar modificações na outra. Mas uma só causa de fato modificação na outra quando transfere todo ou parte de seu grau de realidade à outra, isto é, quando a causa possui um X, onde X parece ser compreendido como propriedade, que é transferido para o efeito. Descartes teria pretendido explicar essa segunda exigência mediante as noções de comunicação de realidade e de preexistência. A noção comum de que nada pode vir do nada, por exemplo, seria esclarecedora quanto a esse ponto, visto que o impedimento do nada como causa de algo está relacionado ao fato de que em tal causa (no nada) não haveria a mesma coisa (realidade, propriedade) que no efeito: “se é evidente que o nada não pode ser a causa de algo, é somente porque, nesta causa, não haveria a mesma coisa que no efeito” (AT, VII, p. 135). A teoria da causalidade, portanto, envolve as noções de comunicação, preexistência e proporcionalidade porque, se nada vem do nada, toda a realidade (propriedade) existente no efeito deve ser explicada pela causa e tal explicação pode ser oferecida porque a causa contém em si a realidade do efeito e, enquanto causa, comunica esta realidade no momento da produção do efeito. A causa deve ter o que o efeito tem, pois se assim não fosse, este não poderia ser explicado. Para esclarecer, Radner faz uso da segunda prova da existência de Deus:

Descartes não diz meramente que a causa da minha existência deve ser ao menos tão elevada quanto a mim na escala ontológica. Ele diz que a causa deve ter o que tenho: já que sou um ser pensante, minha causa deve ser um ser pensante, e já que tenho a ideia de Deus, minha causa deve ter a ideia das perfeições de Deus (Radner, 1985, p. 42).

A justificativa que Radner dá ao princípio de preexistência da realidade do efeito na causa se fundamenta no fato de que a causa comunica sua realidade ao efeito. Em outras palavras, Radner admite que o princípio de preexistência se segue do princípio de comunicação, isto é, porque a causa comunica sua realidade ao efeito, então ela contém em si a realidade do efeito. Quando Descartes pergunta-se de onde poderia o efeito retirar sua realidade se não fosse de sua causa e adiciona que isso não seria possível ao menos que a causa possuísse o efeito em si mesma, Radner conclui que a realidade do efeito deve preexistir na causa. O ponto central, portanto, é o que essa noção de preexistência significa. Na interpretação de Radner, a noção de preexistência é equivalente a um princípio de semelhança, no sentido de que a causa deve ter os mesmos tipos de modos que produz no efeito.

Deste modo, como vimos, para Radner há não um, mas três princípios que conjuntamente formam a teoria da causalidade de Descartes, posto que cada um serve de razão para o outro e cada um deles é suficiente para estabelecer um campo de possibilidades de relações causais. A formulação que é revelada pela luz natural constitui apenas uma das noções importantes para que a causalidade seja compreensível. Somadas a ela, há ainda as noções de comunicação e preexistência, que acrescentam restrições importantes às relações causais: além da necessidade de que a causa seja ao menos tão real quanto seu efeito, ela deve conter em si mesma ao menos a realidade do efeito, tem que ter o que o efeito tem ou, então, a capacidade de produzir tal coisa e transferi-la para ele, o que implica uma noção de semelhança que restringe fortemente a possibilidade de relações causais: por exemplo, duas coisas de naturezas distintas não poderiam ser causa ou efeito uma da outra, visto que isto seria ininteligível segundo a teoria da causalidade de Descartes. Esta afirmação é bastante problemática, pois Descartes a princípio não mantém a tese da impossibilidade de interação entre coisas distintas. No entanto, ela aparece no texto de Radner como uma dificuldade na doutrina cartesiana da interação entre mente e corpo suscitada pela teoria da causalidade.

Louis Loeb, entretanto, tem uma posição bastante diferente de Radner quanto às formulações do princípio de causalidade. Seu artigo “Replies to Daisie Radner’s ‘Is there a problem of Cartesian interaction?’: Is there a problem of Cartesian interaction?” (Loeb, 1985) pretende criticar as posições de Radner quanto aos problemas relativos à interação entre mente e corpo, mas, como Radner, Loeb vê na teoria da causalidade de Descartes o cerne dos problemas e, por isso, apresenta uma outra interpretação do que seria propriamente o

princípio de causalidade. A tese de Loeb é a de que há apenas um princípio de causalidade e este é o revelado pela luz natural. Isto não significa que Loeb abandone ou desconsidere as afirmações que Descartes posteriormente faz sobre o princípio de causalidade; ao contrário, ele mostra que não há razões para se interpretar tais afirmações como se fossem princípios distintos daquele revelado pela luz natural e tampouco introduções de novos conteúdos.

Segundo Loeb (1985), Radner interpreta o que ela chama de princípio de comunicação de realidade (da causa para o efeito) como se fosse um princípio de transferência de realidade. Comunicação é lida como transferência, isto é, a causa seria responsável por transferir realidade para o efeito. No entanto, segundo ele, nada no texto fomenta esta interpretação, já que, ao contrário, os termos usados em latim e em francês são *dare* e *communiquer* e não os termos próprios que traduziriam transferência (que, no entanto, não são citados por ele). Para Loeb (1985), comunicar ou dar grau de realidade simplesmente significa o vir a ser de um efeito, significa propriamente falando que a causa é responsável por sua produção, é causa eficiente, isto é, uma causa que, por meio da ação, produz algum efeito:

Os termos óbvios em francês e em latim para "transferência" não são usados. Numa interpretação alternativa [a de Radner], "dar" e "comunicar" simplesmente significam causar algo em [to cause to have], muito mais do que causar algo por meio de transferência (Loeb, 1985, p. 227).

Loeb também não vê motivo para dar razão à interpretação de Radner acerca da noção de preexistência, pois Descartes usa as noções de realidade e perfeição intercambiavelmente. Sendo assim, o que esta noção significa é apenas que a realidade do efeito deve preexistir na causa no sentido de que a causa deve conter ao menos tanta perfeição quanto seu efeito. Loeb justifica sua posição mostrando o exemplo da Terceira Meditação que diz que o calor só pode ser produzido em um objeto por uma causa que seja de uma ordem ao menos tão perfeita quanto o calor. Segundo Loeb (1985), Descartes não exige que a causa do calor contenha modos do mesmo tipo que o calor. Na verdade, o que a noção de preexistência requer é simplesmente que a realidade do efeito preexista na causa enquanto grau de perfeição. Em outras palavras, diz ele, a preexistência é redutível ou equivalente à formulação geral do princípio revelada pela luz natural. Desta forma, como aventado anteriormente, a tese fundamental de Loeb afirma que há apenas um princípio de causalidade, aquele que é revelado pela luz natural, e que tanto a noção de comunicação como a de preexistência estão de acordo com a formulação que diz que deve haver na causa ao menos o mesmo grau de realidade que há no efeito. Isto porque a comunicação não implica transferência, mas apenas explicita a noção de causalidade eficiente; e a preexistência não implica que as propriedades do efeito já estejam na causa, mas apenas que a

causa contenha a realidade do efeito enquanto grau de perfeição, isto é, que a causa contenha em si realidade suficiente para ser causa do efeito. Para Loeb (1985), portanto, Radner não possui nenhum argumento para fundamentar tanto que a noção de comunicação implique transferência quanto que a de preexistência seja equivalente à noção de semelhança. Por este motivo, ao contrário de Radner, Loeb interpreta que há apenas um princípio de causalidade e que todas as afirmações feitas acerca dele são redutíveis a ele e completam e concordam com seu sentido original.

Tad Schmaltz, em "Descartes on causation" (2008), a partir das discussões entre Radner e Loeb, avança uma interpretação sobre quais e quantas são as formulações do princípio de causalidade que, em um certo sentido, pretende ser uma síntese das posições polarizadas dos autores anteriores. Segundo ele, Radner assume que a formulação cartesiana mais geral do princípio de causalidade (deve haver ao menos tanta realidade na causa quanto no efeito) é distinta da formulação que posteriormente aparece em uma instanciação do princípio (a causa deve conter em si formalmente ou eminentemente tudo o que entra na composição do efeito), visto que a formulação geral exigiria muito menos da causa do que a formulação restrita. E Loeb, opostamente, defende que há apenas um princípio de causalidade em Descartes, visto que as afirmações a respeito da causalidade que aparecem posteriormente à formulação geral não acrescentam nada de diferente a ela. Schmaltz, por sua vez, assim como Loeb, afirma que há apenas um princípio de causalidade. Mas, juntamente com Radner, identifica distinções entre a chamada formulação geral e a formulação específica. Efetivamente falando, para Schmaltz, o princípio de causalidade é aquele que diz que a causa já deve conter a realidade do efeito, formal ou eminentemente, e as distinções entre formulação geral e restrita são resultantes das necessidades específicas de Descartes quando da consideração da realidade ou perfeição existente no efeito:

Minha proposta é que Descartes oferece apenas um axioma causal que requer que a causa contenha a realidade do efeito formalmente ou eminentemente. Qualquer aparente distinção de restrições é derivada do fato de que ele, algumas vezes, precisou considerar a realidade ou perfeição do efeito apenas abstratamente em termos de sua simples hierarquia ontológica (Schmaltz, 2008, p. 55).

A posição de Schmaltz, por atentar para as diferenças internas aos contextos em que o princípio de causalidade aparece no sistema cartesiano, afigura-se a que mais se aproxima, entre os autores vistos, de uma boa explicação sobre quantas e quais são as formulações do princípio de causalidade nas *Meditações Metafísicas*. A análise de Daisy Radner contribui bastante para o reconhecimento de que as especificações do princípio de causalidade não poderiam ser lidas levemente, como se fosse óbvio que não introduzem nenhum dado

novo. Já a leitura de Louis Loeb é interessantíssima porque reintroduz a importância da formulação geral do princípio de causalidade (esta que é revelada pela luz natural) ao tentar mostrar que ela é forte o suficiente para compreender todas as outras afirmações feitas no que tange à causalidade. No entanto, as duas contribuições não lançam um olhar sobre os vários momentos de aplicação do princípio de causalidade e, por isso, perdem robustez ao tentarem ser estanques.

Dessa maneira, levando em consideração a discussão apresentada, a hipótese de solução que pretendo avançar como resposta à questão “quais e quantas são as formulações do princípio de causalidade?” inspira-se na dicotomia entre a posição de Loeb (para quem o princípio de causalidade estabelece as condições em que são possíveis as relações de causalidade, a saber, apenas segundo o respeito à hierarquia ontológica) e a posição de Radner (que, além de considerar o respeito à hierarquia de ser, introduz as noções de contenção da realidade do efeito na causa e de comunicação da realidade da causa para o efeito). É importante frisar que a posição de Schmaltz contribui para a hipótese de solução em questão ao chamar a atenção para a importância do contexto, no sistema cartesiano, em que a causalidade aparece. Dependendo dos objetivos de Descartes, uma ou outra formulação pode ser aplicada, não no sentido da conveniência da prova, mas por exigência do tipo de pergunta que é feita sobre a causalidade, a saber, o que está em jogo quando a pergunta sobre a causa de um determinado efeito é formulada no sistema cartesiano. Sendo assim, concebo ser legítimo afirmar que há duas formulações do princípio de causalidade que possuem papéis diferentes no sistema cartesiano. Por um lado, há uma formulação geral que constitui a determinação das regras segundo as quais relações causais podem ocorrer. E, por outro lado, uma formulação específica que restringe o modo como a causa deve agir na produção do efeito. São os contextos específicos do sistema cartesiano, dados por exigências inerentes à pergunta pela causa de um determinado

efeito, que delimitam qual a formulação do princípio de causalidade está sendo levada em conta naquele momento, de modo que o princípio não deve ser encarado nem como apenas explicitando a regra geral segundo a qual relações causais podem ocorrer diante de uma hierarquia ontológica, nem como impondo regras restritivas que pressuponham semelhança essencial entre causa e efeito. Mais que isso, porque sua adequada formulação depende da pergunta específica sobre a causa de um efeito, o princípio de causalidade deve ser tomado como um princípio que ajuda a esclarecer o nexo causal que explica eventos, estados de coisas e até mesmo a objetividade do conhecimento: deve ser compreendido, antes de tudo, portanto, como um princípio de inteligibilidade.

Referências

- DESCARTES, R. 1973. *Descartes*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo, Abril Cultural, 338 p. (Coleção Os Pensadores).
- DESCARTES, R. 1984-1991. *Oeuvres de Descartes*. Organização de Charles Adam e Paul Tannery. Paris, Vrin, Vol. I-XI.
- GUÉROULT, M. 1984. *Descartes' Philosophy Interpreted According to the Order of Reasons: The Soul and God*. Minneapolis, University of Minnesota Press, vol. I, 311 p.
- LOEB, L. 1985. Replies to Daisie Radner's "Is There a Problem of Cartesian Interaction": Is There a Problem of Cartesian Interaction? *Journal of the History of Philosophy*, **23**(2):227-231. <https://doi.org/10.1353/hph.1985.0035>
- RADNER, D. 1985. Is There a Problem of Cartesian Interaction? *Journal of the History of Philosophy*, **23**(1):35-49. <https://doi.org/10.1353/hph.1985.0012>
- SCHMALTZ, T. 2008. *Descartes on Causation*. New York, Oxford University Press, 237 p.

Submitted on July 16, 2016

Accepted on January 21, 2017